

Des/Conexão do ensino sobre cidadania: de EPB à ética e cidadania.

1. O projeto

Na história recente do Brasil temos visto o grande fiasco da educação pública de base, formando cidadãos desacostumados a pensar e totalmente despreocupados com problemas sociais, políticos e econômicos do país. Othon Moacyr Garcia já a muito tempo criticava o plano de ensino que formava e até hoje forma alunos que sabem ler e escrever, mas na sua esmagadora maioria não sabem o que estão escrevendo ou lendo, pois falta a esse plano de educação matérias que os ensinem a pensar, que os tornem aptos a sair da escola com um pensamento crítico e com vontade de mudar ou moldar o mundo em benefício dele e da sociedade como um todo.

É sabido que o primeiro grande baque na educação nacional foi na era ditatorial brasileira onde foi retirada da grade escolar as disciplinas consideradas pelo Regime Militar como Perigosas como a filosofia, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi considerada ilegal, A Universidade de Basília (UNB) foi invadida, muitos de seus professores e estudantes presos e agredidos moral e fisicamente, nessa época é criado o lema “estudante é para estudar, trabalhador para trabalhar”.

Em 1971 é criada a lei de diretrizes e bases com caráter puramente político econômico, já que ao analisar o projeto percebemos que o intuito é que estudantes saiam da escola preparados para trabalhar e ajudar seu país a crescer, passa a ser então objetivo principal da educação profissionalizar o jovem, novamente foi esquecido o caráter filosófico da educação, ainda não foi dessa vez que buscaram formar críticos da sociedade e da realidade.

Com o fim da ditadura militar e a criação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser garantida como um direito social em seu artigo 6º e ganha um capítulo exclusivo nos artigos 205 a 214, onde é necessário aqui transcrever o que garante seu artigo 205:

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A própria Carta Magna nos garante a cidadania como um dever a ser alcançado pela educação, assim como o pleno desenvolvimento da pessoa. Diante do exposto temos um grande problema que é como mudar o ensino de base para que atenda as nossas

expectativas e o que fazer com quem já está na fase adulta e já não poderia se beneficiar de eventual mudança no sistema de ensino.

Surge então a figura das disciplinas integradoras com caráter político-social entre o conhecimento técnico e o meio social e humanitário, seu objetivo é corrigir as falhas do atual método de ensino, levando esses alunos a pensar, mostrando a realidade social e a necessidade que nosso país ainda tem de pessoas atuantes para o bem estar social, e buscando sempre que essa idéia seja espalhada entre os jovens como as famosas “propagandas virais” das quais até hoje só o capitalismo soube se aproveitar corretamente.

2. Objetivo(s):

Objetivo

2.1 Buscar entender as disciplinas integradoras como fonte de conhecimento social passada aos alunos por meio de disciplinas filosóficas, culturais e artísticas. Apontar eventuais falhas deste sistema e apontar soluções e melhorias.

2.2 . Pesquisa sobre as fundamentações teóricas sobre cidadania

2.2.2. Referenciar o NFC como aglutinador e fomentador dos debates sobre cidadania na comunidade acadêmica e para a sociedade de modo geral.

3. Justificativa:

Ausência de fundamentação teórica às disciplinas de formação cidadã em nível Universitário e de núcleos promotores do debate acerca da cidadania.

4. Relevâncias:

- a) relevância científica: construção do conhecimento teórico acerca da cidadania.
- b) relevância social: fomentação do debate acerca da práxis cidadã.

5. Metodologia

Pesquisa Bibliográfica constituída principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet.

Pesquisa Documental de planos de ensino e materiais diversos utilizados em sala de aula com tratamento analítico.

6. Cronograma de atividades

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Primeira Etapa												
Pesquisa Bibliográfica	<input type="checkbox"/>											
Levantamento de dados	<input type="checkbox"/>											
Análise do material lido						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Revisão metodológica						<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Elaboração do pré texto									<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Divulgação dos resultados parciais												<input type="checkbox"/>
Segunda Etapa												
Revisão do texto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>										
Divulgação/discussão dos resultados			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
Formulação das conclusões							<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Revisão final do texto para publicação									<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Publicação											<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Referência:

- Bobbio, Norberto: A era dos Direitos. Editora Campus.
- Garcia, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro: FGV 2006
- www.pedagogiaemfoco.pro.br
- Constituição Federal da República disponível em:
www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_ConstituicaoCompilado.htm